

BIBLIOTECAS, ARQUIVOS E MUSEUS: CONVERGÊNCIAS¹

Libraries, archives and museums: convergences

Maria Christina Barbosa de Almeida

Doutora em Ciência da Informação (USP). Pesquisadora e Consultora da Universidade de São Paulo.

RESUMO: A partir da análise das finalidades, características e principais atividades desenvolvidas em bibliotecas, arquivos e museus, procura identificar as semelhanças entre as três instituições. Destaca o novo panorama das coleções em ambientes digitais que, embora favoreça a convergência, particularmente quanto a acesso, traz novos desafios à gestão institucional. Aponta a necessidade de uma formação profissional mais aberta ao diálogo e que favoreça a aproximação das três áreas, e destaca a importância de compartilharem terminologia, conceitos e competências comuns. Ressalta, ainda, a relevância de se promover a interação de bibliotecários, arquivistas e museólogos com os profissionais de tecnologia da informação, que detêm conhecimentos e técnicas indispensáveis a todas as práticas institucionais. Apresenta alguns requisitos para o desenvolvimento de práticas convergentes em bibliotecas, arquivos e museus, entendendo que essas práticas, se desenvolvidas com cuidado e o devido respeito às diferenças, poderão potencializar recursos, viabilizar projetos e ampliar resultados e benefícios aos diferentes públicos.

PALAVRAS-CHAVE: Bibliotecas. Museus. Arquivos. Coleções digitais. Convergências.

ABSTRACT: Analyses the social role of libraries, archives and museums and their main activities, seeking to identify similarities between these institutions. Signalizes that a new scenery has been created since these institutions had begun to provide online access to their collections. Points out that making collections available in digital environments contributes to integration, as far as access is concerned, but brings

new management challenges. Emphasises the need for a convergent approach of professional education programs in order to approximate the different professional roles by sharing terminology and concepts and developing common skills and competences. Mentions the relevance of interaction with information technology professionals, who withhold knowledge and techniques increasingly important to all institutional practices. Presents the basic conditions for the development of convergent practices in libraries, archives and museums, believing that these practices, if carefully developed and while respecting differences, can make the most of existing resources and make projects sustainable for the benefit of larger publics.

KEYWORDS: Libraries. Archives. Museums. Digital collections. Convergences.

1 Introdução

Bibliotecas, museus e arquivos são instituições que nunca chegaram a ter suas fronteiras bem demarcadas. A formação, tanto do museu antigo quanto da biblioteca,

registrava a preocupação de reunir e organizar coleções para preservá-las. Coletar e organizar livros e documentos estava diretamente relacionado a coletar e organizar curiosidades, obras de arte e espécimes das ciências naturais e sua finalidade principal era o estudo, a aquisição de conhecimento.

Na Antiguidade, o exemplo mais famoso é a Biblioteca de Alexandria, criada no século III a.C integrada ao *Mouseion* (Templo das Musas), que, além dos manuscritos, possuía obras de arte, animais e curiosidades e destinava-se sobretudo à pesquisa e ao ensino. A Nova Biblioteca de Alexandria mantém a diversidade de obras e objetos, abrigando, em seu conjunto, diversos museus (de Antiguidade, de Manuscritos, presidente Sadat, História da Ciência), além de espaços expositivos, centros de conferência, espaços conjuntos para ambientes virtuais e até um curso de Ciência da Informação.

Até o século 18, as bibliotecas geralmente continham um número substancial de objetos, além dos livros. Da mesma forma, coleções de livros faziam parte de museus, como o caso *British Museum*, criado em 1759, cujo primeiro núcleo foi composto a partir da aquisição pelo Governo da coleção de objetos do médico e naturalista de Hans Sloane, que consistia de livros, manuscritos, espécimes naturais e uma diversidade de peças antigas (moedas, medalhas, gravuras e desenhos) e peças etnográficas. Em 1757, o rei George II doou ao museu a *Old Royal Library* e, em

1

Este texto resulta do aprofundamento do tema tratado em palestra da autora na série Em Pauta, promovida pela Associação Brasileira de Profissionais da Informação – Abrainfo, em setembro de 2013, no Itaú Cultural, em São Paulo.

1823, o rei George III transferiu ao museu sua biblioteca particular, que também continha moedas e medalhas, constituindo a *King's Library*.

Por 145 anos as obras da coleção da *King's Library* foram regularmente consultadas nas salas de leitura do *British Museum*. Somente em 1973, a biblioteca do *British Museum* adquiriu autonomia, formando a *British Library* que, no entanto, só foi oficialmente inaugurada em edifício próprio em 1998.

Tanto nos Estados Unidos quanto na Europa, os gabinetes de curiosidades, que surgiram a partir dos descobrimentos, eram, muitas vezes, ligados a bibliotecas e demonstravam que os vínculos entre as mais diversas coleções eram vistos com naturalidade.

No século 19, com a institucionalização dos museus, arquivos e bibliotecas, para o que contribuíram a produção bibliográfica em massa e a especialização do trabalho nessas instituições, bibliotecas e arquivos obtiveram espaços delimitados dentro dos museus, sobretudo para dar apoio às atividades ali desenvolvidas; da mesma forma, grandes bibliotecas passaram a manter coleções arquivísticas e museológicas e grandes arquivos a manter bibliotecas e, não raro, coleções museológicas.

Um dos primeiros autores a discutir as convergências entre as três instituições de preservação foi Homulus que, em artigo publicado em 1990, afirma que museus, arquivos e bibliotecas têm muitas características em comum e fazem parte de um espectro ou *continuum* de instituições que possuem necessidades específicas, mas problemas comuns, e diferenciam-se uma das outras pela natureza de suas coleções, pelos objetivos de suas instituições e pelo público atendido. Destacava, já naquele momento, que as diferenças entre essas instituições tenderiam a desaparecer com a era eletrônica. (HOMULUS, 1990)

Bibliotecas, arquivos e museus são “*instituições de memória*” (DEMPSEY, 2000) e, como tal, têm como funções básicas coletar, preservar, organizar e dar acesso público ao patrimônio cultural sob sua guarda, seja para fins educacionais e de pesquisa, seja para enriquecimento cultural ou entretenimento. Têm, ainda, em comum o fato de serem, em sua maioria, instituições públicas ou organizações não governamentais – mantidas com recursos privados para fins públicos e, muitas vezes, também com financiamento público. Essas instituições são, portanto, parte do sistema cultural público.

As convergências entre essas instituições e as possibilidades cada vez mais viáveis no sentido de tornar toda a informação acessível a todos os públicos estimula-nos a rever seus processos de produção e circulação de informações em busca

de novas articulações que sejam mais produtivas e eficazes.

2 Atividades das instituições de preservação

A fim de aprofundarmos a análise dos pontos comuns e das diferenças entre as três instituições, pretendemos focalizar suas principais atividades, a saber: formação de coleções, preservação, tratamento da informação/documentação, informatização, mediação, comunicação e divulgação.

2.1 Formação de coleções

É indispensável, em qualquer das instituições de memória, a existência de uma política de formação e desenvolvimento de coleções. Em que pese a diversidade dos materiais que compõem os acervos de bibliotecas, arquivos ou museus, verificamos que, face à impossibilidade de preservarmos todas as obras, documentos e artefatos produzidos pelo homem, a preocupação básica que norteia essas políticas é a mesma: o que devemos preservar para a posteridade?

2.2 Preservação

Preservação é uma área de conhecimento bastante complexa por utilizar estudos e pesquisas desenvolvidos, de um lado, por historiadores e profissionais ligados à conservação preventiva de acervos e, de outro, por técnicos e especialistas em física, química e biologia, dentre outros.

Não é normalmente uma área estudada nos cursos de Biblioteconomia, salvo raras exceções, mas lhe é dada relevância nos cursos de Museologia.

O bibliotecário que estamos formando não está suficientemente preparado para a gestão de coleções, particularmente nos aspectos de formação de coleções e preservação. As bibliotecas têm muito o que aprender com os museus quanto à preservação das coleções, considerando aqui conservação preventiva e curativa e restauração, bem como às técnicas de exposição.

2.3 Tratamento da informação / documentação

O conjunto de atividades voltadas ao tratamento da informação das coleções recebem denominações diversas nas diferentes instituições. Em museus, usa-se mais

frequentemente o termo documentação para o conjunto que envolve a catalogação, a classificação e os registros de pesquisa propriamente ditos sobre a obra de arte ou o objeto; em bibliotecas, chama-se de processamento técnico ou de tratamento da informação o conjunto de atividades que envolvem a catalogação, a classificação e a indexação do material e em arquivos, dá-se preferência a termos como inventário, arranjo, descrição e classificação.

A documentação é uma atividade fundamental no museu, embora, por décadas, tenha sido vista como atividade secundária em relação às atividades de coleta e preservação. Não havia padronização, sendo os sistemas montados ao gosto do curador da coleção. A documentação museológica surgiu em decorrência do desenvolvimento dos museus modernos, quando meras listas de acesso se tornaram insuficientes e uma informação mais detalhada passou a ser necessária para administrar as coleções e reunir objetos para exposições especiais e, a partir dos anos 1960, para dar apoio a seus programas educacionais e atender à pesquisa. Os grandes fatores de estímulo ao desenvolvimento da documentação nos museus foram a informatização e a pressão pelo acesso à informação e pelo intercâmbio de informações e conhecimentos.

Nos anos 1950, surgiu o Comitê de Documentação do Conselho Internacional de Museus - CIDOC/ICOM, que já se preocupava com o desenvolvimento de padrões para a descrição de objetos e de vocabulários controlados que auxiliassem nos trabalhos de documentação nos museus. Uma das prioridades desse grupo de trabalho foi o levantamento e análise dos padrões nacionais e internacionais de informação existentes. A partir dessa análise, vários projetos foram desenvolvidos nas diversas áreas, cobrindo obras de arte e objetos museológicos. Seus resultados foram publicados como diretrizes e submetidos aos profissionais de museus.

Além dessas iniciativas internacionais, foram gradualmente tomando vulto esforços regionais, locais ou individuais que contribuíram para a conscientização sobre a importância da documentação e a necessidade de se desenvolverem esforços cooperativos.

Padrões para objetos são diferentes de padrões para materiais bibliográficos, pois contêm uma grande quantidade de informação para a pesquisa. Tradicionalmente, a documentação museológica tem-se ocupado da informação relativa ao objeto, artefato ou obra de arte - sua história, seu significado, seu uso, suas características - e à trajetória desse objeto - aquisição, empréstimos, restauro, etc. Os registros documentais sobre as coleções são formados por informações cumulativas e são compostos por

uma parte ‘passiva’ - como a descrição física do objeto e a trajetória deste antes de sua aquisição pelo museu - e por uma parte ‘ativa’, sujeita a modificações - como a localização da obra, estado de conservação, circulação, etc. A documentação de apoio, por sua vez, incluiria: documentação da conservação, documentação de registros fotográficos, documentação biográfica, documentação institucional, documentação de eventos, documentação de atividades e documentação textual.

No processo de tratamento da informação bibliográfica, os dados principais sobre o documento são extraídos dele mesmo, com algumas exceções, como no caso de obras raras e especiais. Em relação à documentação de um objeto ou de uma obra de arte, os dados são, muitas vezes, externos à obra: sua origem, o histórico de suas exposições e de processos de restauro, dados sobre seus autores, etc. Já no caso do arquivo, importam não apenas as informações encontradas no próprio documento, mas, sobretudo, no conjunto de que faz parte – a unidade de tratamento que é aqui privilegiada é a série documental e não o documento. Por essa razão, uma das mais importantes operações do arquivo é a busca de informações que estão fora do documento, no contexto dado pelo conjunto documental, complementado por pesquisa. O arquivo, conforme definição de Jean Favrier (FAVRIER, 2008, p.12), é “fruto e reflexo das atividades dos homens”, razão pela qual um enfoque orgânico vinculado a seu contexto de produção costuma orientar as etapas de coleta, tratamento e difusão dos conjuntos arquivísticos.

As normas internacionais para descrição arquivística começaram a ser estudadas somente no final dos anos 1980 e surgiram muito depois das normas internacionais para tratamento de coleções bibliográficas e museográficas. A primeira versão da norma internacional foi publicada em 1994, posteriormente revista, e, finalmente, reeditada em 2000. A *General International Standard Archival Description* - ISAD(G) - é desenvolvida pelo Conselho Internacional de Arquivos - CIA e estabelece diretrizes gerais para a descrição arquivística e serve de base ao desenvolvimento de padrões nacionais nos diferentes países. De acordo com a ISAD(G), o objetivo da descrição arquivística é explicar o contexto e o conteúdo do material de arquivo para promover o seu acesso.

Respeitadas as diferenças decorrentes da natureza diversa de cada tipo de coleção, alguns procedimentos são muito semelhantes. De qualquer forma, a compreensão dos aspectos teóricos envolvidos no tratamento da informação são essenciais na organização das coleções tanto na Biblioteconomia, quanto na Mu-

seologia ou na Arquivologia, ainda que recebam denominações diversas e que os procedimentos adotados não sejam idênticos.

2.4 Informatização

Quando os museólogos começaram a perceber a importância da precisão no processo de documentação, também verificaram que o computador poderia oferecer uma solução a alguns problemas que enfrentavam. No entanto, havia uma certa resistência em reconhecer que o controle das coleções era um problema que os bibliotecários já estavam enfrentando, com sucesso, há anos. Na verdade, tinham dificuldade de trocar informações, bem como de se beneficiarem da experiência de outros. Cada projeto era encarado como único, com seus próprios problemas, necessidades e soluções, e era tratado isoladamente.

As bibliotecas foram as primeiras das três instituições aqui estudadas a buscar a informatização de seus registros bibliográficos. No Brasil, as primeiras iniciativas nesse sentido datam dos anos 1980 e eram protagonizadas por bibliotecas universitárias, que rapidamente se organizaram em redes, o que exigiu um árduo trabalho de padronização tanto de descrição física e de assunto dos documentos, quanto de padronização de comunicação de dados via computador. Os primeiros sistemas informatizados foram desenvolvidos para equipamentos de grande porte e a consulta era feita em bases de dados locais. O surgimento dos microcomputadores e o desenvolvimento de sistemas integrados utilizando esta nova tecnologia foram elementos facilitadores da informatização de museus, bibliotecas e arquivos, dando apoio, não apenas ao tratamento da informação do acervo, mas a todos os tipos de atividades neles desenvolvidos.

Nos museus, as primeiras tentativas de informatizar a documentação também datam dos anos 1980, mas, ali, o processo foi muito mais lento que nas bibliotecas, pois as dificuldades a enfrentar eram muito maiores. Além da resistência dos profissionais à mudança, fator que também estava presente nas bibliotecas, não havia padrões internacionais para a documentação museológica; o que havia eram padrões locais que careciam da consistência necessária à informatização. Por outro lado, nos museus e arquivos, ao contrário do que ocorria nas bibliotecas, o estímulo à cooperação era, à primeira vista, menor porque praticamente não havia duplicação de acervo. A unicidade dos objetos, obras de arte e documentos de museus e arquivos representava uma dificuldade a mais para a padronização e para a implantação de sistemas de catalogação cooperativos.

Por essa razão, os profissionais talvez não vissem vantagens em desenvolver sistemas cooperativos de catalogação de objetos e de documentação arquivística.

No Brasil, só nos anos 1990 os museus passaram a contar com sistemas informatizados. O surgimento da internet, que se iniciou na área acadêmica nessa década, estimulou o aparecimento de novas iniciativas de informatização das coleções.

Muitas das coleções de bibliotecas, arquivos e museus encontravam-se invisíveis ao público, seja por não estarem catalogadas ou inventariadas, seja por não apresentarem registros precisos e padronizados. Nos últimos vinte anos, registram-se esforços de muitas instituições patrimoniais, no Brasil e no exterior, no sentido de aprimorar a qualidade dos registros com vistas à implantação de sistemas de informação *online*. Hoje em dia, reconhecem que a eficácia de sistemas de informação automatizados depende, em primeiro lugar, da maneira como os dados estão estruturados na base, o que implica o desenvolvimento de padrões, sintaxe e vocabulários por instituições que comunguem os mesmos objetivos.

2.5 Mediação

Embora bibliotecas, arquivos e museus sejam categorizados como instituições de memória e tenham como principais objetivos o aprimoramento cultural, a aquisição de conhecimento, a educação não formal e a pesquisa, as estratégias que utilizam para interagirem com seus usuários são diferentes, devido à natureza de suas coleções, às características, expectativas, interesses e motivações de seus públicos e à formação acadêmica e trajetória de cada grupo profissional.

A mediação é a atividade que possibilita o encontro dos públicos (ou usuários), com o lugar (e suas lógicas) e as coleções (objetos, obras de arte, artefatos ou documentos).

Os públicos recebem tratamentos diversos não apenas em função do tipo de instituição – museus, arquivos ou bibliotecas – mas também de seu perfil. A mediação desenvolve-se de maneira totalmente diferente em uma biblioteca especializada e em uma biblioteca pública, por exemplo, embora, em linhas gerais, sua função seja facilitar o acesso ao acervo e estimular o seu uso. A mediação nas bibliotecas – particularmente nas bibliotecas públicas – é uma atividade que vai além da orientação sobre o uso do catálogo e das coleções. Envolve também acolhimento, orientação, aconselhamento, auxílio para a compreensão da organização do espaço e dos códigos para se utilizar do espaço e dos instrumentos de pesquisa (catálogos, bases de dados, etc). Sob o rótulo de `ação cultural` ou de `atividades

de extensão cultural', desenvolve-se uma série de atividades – desde visitas guiadas até oficinas, palestras, cursos, saraus e grupos de leitura, com a ideia de contribuir para a apropriação do espaço pelos visitantes e também de estimular a leitura, a crítica, a reflexão e a produção de novos conhecimentos.

Já o público do arquivo é predominantemente voltado à pesquisa. Por essa razão, exige uma mediação mais direta. Em geral se exige agendamento de visita e a própria busca requer, quase sempre, a mediação de um profissional devido à especificidade dos instrumentos de busca existentes. Além disso, alguns fundos têm restrições de consulta e reprodução e os documentos só podem ser consultados na presença de um profissional. À exceção dos historiadores, que analisam conjuntos para achar uma informação que lhes interesse, os usuários de arquivo quase sempre têm um problema específico ou uma finalidade de uso em mente.

Os públicos dos museus, mais do que buscar respostas a perguntas específicas, buscam aprimoramento cultural, educação não formal, fruição e entretenimento. Visitar museu é, para a maioria de seus públicos, uma atividade social. Há, no museu, uma dupla mediação: a primeira é curatorial e tem a ver com a seleção do tema, das obras e do percurso, mas engloba também a comunicação visual, os textos da exposição e do catálogo e as legendas; a segunda está relacionada à área de educação e engloba visitas guiadas e atividades de educação do museu. Inclui o planejamento e o desenvolvimento de textos didáticos que contextualizam a coleção e estimulam o contato com a obra e a criatividade. Recursos informacionais são produzidos para dar suporte aos estudos e pesquisas sobre a coleção e há diferentes níveis de acesso dependendo do tipo de público.

Assim como no arquivo, a pesquisa, no museu, é sempre uma experiência mediada, seja para acesso à documentação completa das coleções ou a obras que estejam na reserva técnica.

Não há, na estrutura organizacional da biblioteca e da maioria dos arquivos, diferentemente da do museu, uma área de educação responsável por visitas guiadas, oficinas e cursos – uma forma de mediação privilegiada que dialoga com a área de pesquisa e exposição e contribui para o aprimoramento do olhar, para a aquisição de novos conhecimentos e para a formação de público.

2.6 Comunicação e divulgação

Em geral, os recursos utilizados para a veiculação da comunicação em bibliotecas, museus e arquivos são os mesmos, indo de peças de comunicação tradicionais (*folders*,

filipetas, cartazes, *banners*) até *releases* para a mídia impressa, televisiva, radiofônica e *internet* (*sites*, *blogs*, *e-mails*, redes sociais).

Ao lado da comunicação institucional, faz-se a divulgação de eventos culturais e educativos e do acervo.

Em nosso meio, a maioria dos grandes museus, arquivos e bibliotecas têm, hoje, seu próprio *site*, com estrutura e conteúdos de níveis muitos diversos, mas, de qualquer forma, marcando uma presença na *internet*. Além disso, a maioria dessas instituições também está presente nas redes sociais, o que amplia sua visibilidade e a aproxima de determinados públicos.

As bibliotecas buscam novos visitantes, mas não apenas isso: desejam usuários, ou seja, querem que seu acervo seja utilizado (lido, emprestado), efetivando, assim, seu papel social. Já os museus estimulam visita. A pesquisa chega espontaneamente a partir da área acadêmica. O público do arquivo geralmente é voltado à pesquisa, quer seja acadêmica quer tenha outra finalidade pessoal ou profissional. Não se costuma estimular a visita ao arquivo a não ser para grupos especializados (historiadores, etc) ou por ocasião de exposições ou eventos.

Em geral, os museus estão mais presentes na mídia, seguidos pelas bibliotecas e, neste caso, isto ocorre quando oferecem alguma atividade cultural especial ou inauguram novo espaço ou serviço. Quanto aos arquivos, talvez por terem um público mais especializado, estão pouco presentes na mídia, com exceção de arquivos ou coleções de alta relevância política e social, como é o caso, em nosso meio, dos chamados 'arquivos da ditadura'.

Em relação à identidade institucional, verificamos que as grandes instituições – sejam elas museus, arquivos ou bibliotecas – estão cuidando de sua marca e muitas delas revendo sua identidade de forma a transmitir uma imagem mais moderna e dinâmica, condizente aos novos papéis que vêm assumindo na sociedade.

3 Bibliotecas, arquivos e museus no ambiente digital

Bibliotecas, arquivos e museus de todo o mundo começam a disponibilizar seus acervos *online*. Essa nova realidade tende a quebrar barreiras institucionais e a aproximar profissionais de museus, arquivos e bibliotecas ao mesmo tempo em que amplia o acesso a todos os públicos interessados.

As coleções em ambiente digital têm crescido vertiginosamente e representam uma

oportunidade fantástica de ação cultural e de democratização do conhecimento – inúmeros usuários, com diferentes perspectivas, sistemas de valores e expectativas poderão ter acesso aos mais diversos ‘objetos informacionais’ com possibilidade de ver, aprender, fruir e, até, de reutilizar esses objetos.

O uso das coleções no ambiente virtual tende a ser mais livre de restrições de consulta existentes em relação a determinados acervos físicos. Nesse ambiente desaparece a tensão preservação / uso, presente sobretudo nas bibliotecas com acervos especiais e nos arquivos: os materiais originais são frágeis, enquanto os ‘objetos digitais’ parecem resistentes e são facilmente duplicáveis e transferíveis.

Além de desconsiderar fronteiras e integrar coleções de diferentes instituições, o ambiente digital possibilita a criação de novos vínculos com outras áreas, como a de educação, onde diversas práticas têm integrado os campos de atuação da educação formal e não formal. As coleções passam a fazer parte dos planos de aulas, o contato com especialistas é estimulado e o resultado das pesquisas pode ser imediatamente incorporado à documentação da coleção, formando novas camadas de análise e interpretação que enriquecem o conhecimento sobre a coleção. Ampliam-se os espaços de aprendizagem *online* assim como as possibilidades de fruição, inspiração, automotivação e reflexão.

A tecnologia digital traz transformações nas instituições seja nas políticas, seja na forma de atendimento a seus públicos, seja na programação cultural e nas atividades educativas, seja, ainda, no planejamento de seu espaço físico.

Bibliotecas, arquivos e museus, que costumam seguir padrões tradicionais de uso e de atendimento a usuários, repensam agora suas políticas, seus serviços e modelos de atendimento e uso das coleções e informações à luz das mudanças geradas pelas novas formas de disponibilização da informação e de acesso e uso da informação no ambiente digital. Aqui não são visíveis as figuras do bibliotecário de referência, do atendente, do arte-educador ou do curador. Não que desapareça a mediação: no ambiente digital, o próprio sistema já é concebido como um recurso de mediação, de facilitação da busca.

Um novo perfil parece ser exigido da equipe de profissionais dessas instituições no sentido de responder às novas funções de curadoria e gestão do patrimônio cultural digital, bem como às funções ligadas à tecnologia da informação. A organização e a disseminação do conhecimento em espaço digital é um assunto complexo e as instituições de preservação têm obrigação de conduzir esse processo

com qualidade à medida que têm mandato para isso. Embora as coleções livremente acessíveis na rede desafiem a autoridade custodial das instituições e os usuários nem sempre queiram saber qual a proveniência da informação, documento ou objeto a que tem acesso, a instituição detentora do patrimônio é responsável pelo que disponibiliza e tem de garantir credibilidade, fidelidade ao original e outros aspectos que garantam a qualidade e a autenticidade das coleções sob sua responsabilidade e das informações que veicula.

Digitalizar coleções é, sem dúvida, uma preciosa oportunidade para a disseminação da informação e do conhecimento, mas traz uma série de desafios para uma gestão responsável.

Esses desafios podem ser examinados sob vários aspectos:

- políticos – face à quantidade de materiais a serem digitalizados e à impossibilidade de se digitalizar tudo, quais as prioridades de digitalização? Quais os critérios adotados? É preciso considerar que as escolhas feitas ao representar documentos, obras de arte, objetos museográficos e artefatos em formato digital, ou seja, que ao se criarem cópias de originais para lhes dar visibilidade, atribui-se valor informacional às representações digitais. Os critérios de seleção para digitalizar incluem: interesse documentário, artístico ou histórico; estado de conservação da obra; aspectos técnicos e aspectos jurídicos (a obra é livre de direitos autorais?). É importante destacar que as coleções digitais gerenciadas por instituições de patrimônio devem apresentar coerência e sentido; não podem ser fragmentos aleatórios e desconexos de suas coleções. Devem poder responder a que vieram e precisam ter continuidade.
- técnicos – têm a ver com a qualidade da digitalização e com o risco de se alterar o original, lembrando que os formatos técnicos e podem acentuar uma ou outra característica do original; que os formatos comprimidos, por exemplo, podem introduzir ruídos na imagem; que a qualidade da plataforma e do sistema (os formatos de dados e a funcionalidade das ferramentas de busca, por exemplo);
- técnico-especializados – têm a ver com a qualidade dos metadados que descrevem os objetos e documentos originais e suas representações; os requisitos para a elaboração de metadados no contexto museológico, por exemplo, são, em geral, muito mais complexos do que aqueles de bibliotecas e arquivos. Os metadados e as informações que forem disponibilizadas na rede conferem status aos documentos e objetos que representam. As instituições gestoras

das coleções físicas e virtuais devem garantir a qualidade dessas informações, assegurando-lhes precisão, consistência, autenticidade, confiabilidade e integridade. Conforme já se tem afirmado, não basta a digitalização (*digitisation*); hoje se faz também necessária a “*datalização*” (*datalisation*), que vai garantir que os objetos não vão ficar perdidos no mundo digital;

- jurídicos / éticos – além das questões de direito autoral, cuja legislação e jurisprudência ainda são muito precárias, e que restringem o acesso livre e gratuito, há procedimentos técnicos e administrativos que podem gerar problemas éticos e jurídicos, como os seguintes exemplos que destacamos a título de ilustração: uma cópia digital de um documento arquivístico elaborado e armazenado em circunstâncias controladas que pode ser considerada um documento verdadeiro e confiável se sua proveniência for clara (para finalidades de prova, os arquivistas fornecem cópias certificadas de documentos), mas uma foto digital de uma pintura dificilmente será aceita como um substituto da obra de arte original, não importando a qualidade de resolução da reprodução;
- tecnológicos e financeiros – a digitalização é um processo custoso e que exige adequada infraestrutura e constante atualização em relação às inovações tecnológicas de forma a garantir a preservação digital. Em nosso meio, bibliotecas, arquivos e museus (salvo raras exceções) ainda contam com insuficiente infraestrutura tecnológica e recursos para entrarem no ambiente digital. Esse processo vem-se realizando lentamente e, frequentemente, projeto a projeto. Visão estratégica e planejamento são condições indispensáveis para garantir a exequibilidade das ações e a continuidade dos projetos.
- avaliação permanente e canais de participação - as decisões sobre estratégias de digitalização precisam contar com a avaliação de uso dos objetos digitais e de usuários; os ambientes digitais precisam possibilitar espaços de interação com os usuários;
- equipe – composição multidisciplinar, de forma a acolher os especialistas nos temas das coleções, os profissionais bibliotecários, arquivistas e museólogos, os profissionais de tecnologia da informação e os gestores.

Na ‘*vida real*’, por trás do ambiente digital, as três principais instituições de preservação buscam redefinir seus papéis e seu lugar na sociedade. Mesmo antes da revolução digital, os gestores dessas instituições percebiam que as mesmas corriam risco de perder relevância social e buscavam estratégias de aproximação

com seus potenciais públicos.

Bibliotecas, arquivos e museus serão vítimas de suas versões digitais? As primeiras pesquisas indicam que não, que a visitação a museus, por exemplo, não caiu. Museus possibilitam uma experiência de sociabilização e desenvolvem uma diversidade de atividades culturais, além de exposições. O mesmo ocorre em bibliotecas. Além do mais, bibliotecas, arquivos e museus digitais dependem da instituição física – dos repositórios de conhecimento e informação – para fornecer conteúdo e acesso digital.

O ambiente físico e o digital reforçam-se mutuamente. As conexões entre informação e objetos facilitadas pelo ambiente digital aumentam a visibilidade das coleções e podem gerar maior desejo de visitação às instituições, o que deve ser encorajado por seus gestores. A consulta às coleções digitais podem, ainda, ocorrer após a visitação, para reavivar uma lembrança ou emoção ou para aprofundar conhecimento ou, ainda, para contato com textos integrais ou conjuntos de informações despertado a partir da visita presencial às instituições.

O acesso *online* a imagens e documentos digitalizados abre as portas dessas instituições a um público muito mais amplo e as desafia a participar de programas educacionais, como vem ocorrendo há anos em projetos acadêmicos europeus e norte-americanos envolvendo sobretudo os museus. Ao mesmo tempo, museus e bibliotecas têm-se afirmado como lugares privilegiados de cultura e encontro – continuam sendo valorizados como espaços onde indivíduos, grupos e famílias, por exemplo, podem se encontrar e ter contato informal com a arte, a cultura, a história e a ciência.

Bibliotecas, museus e arquivos devem buscar construir pontos de encontro também em seu ambiente digital – espaços virtuais em que as pessoas estejam conectadas umas às outras e possam compartilhar documentos e imagens bem como experiências subjetivas e ideias que tiveram a partir desse contato com os objetos digitais, bem como discutir, interpretar e recriar esses objetos.

3.1 Alguns casos de sucesso

Os primeiros projetos de digitalização constituíram iniciativas de uma única instituição ou de um conjunto de instituições abrigadas sob a mesma entidade mantenedora. Paralelamente, começaram a surgir projetos que envolviam a digitalização de determinadas coleções de instituições de mesma natureza.

3.1.1 Um projeto conjunto: a *World Digital Library*

Em contexto internacional, podemos destacar, dentre muitos outros, a *World Digital Library* - *WDL*, projeto cooperativo cujo estudos foram iniciados em 2005 sob a coordenação da *Library of Congress* em cooperação com a Unesco e com bibliotecas parceiras em várias partes do mundo. Tem por objetivo digitalizar e tornar acessível gratuitamente em um único portal fontes bibliográficas e documentais relevantes à história e à cultura (no sentido antropológico) dos diferentes povos.

Dentre suas principais características, ressaltamos o fato de ser multilíngue (tanto em conteúdo quanto nas páginas de busca) e o compromisso de ser universal. De fato, conforme dados de setembro de 2012, a *WDL* contava com 159 instituições parceiras de 75 países em todos os continentes e com o apoio da Unesco, dos grupos regionais e dos países membros.

No dia em que foi lançada, a *WDL* teve 600.000 visitantes de todo o mundo. Até o momento mais de 21 milhões de pessoas visitaram o portal, resultando em 135 milhões de visualizações de páginas.

A partir de seu lançamento a *WDL* está em constante desenvolvimento, graças à padronização dos metadados, à qualidade das descrições dos objetos digitais e com a inclusão de conteúdos de alta relevância, de acordo com escolhas da LC e das instituições parceiras, o que levou a disponibilizar documentos que datam desde o século 11.

A *WDL* tem buscado instituições parceiras para desenvolver projetos principalmente em países em desenvolvimento com soluções de baixo custo, mas pouca coisa se desenvolveu nessa área e milhares de documentos continuam a ser destruídos em decorrência de conflitos e de desastres naturais em várias partes do mundo. Essa experiência tem evidenciado a dificuldade de instituições sem fins lucrativos competirem em quantidade e qualidade com grandes empresas.

3.1.2 Projeto institucional: *Rijksmuseum*

Como projeto institucional, merece destaque o trabalho do *Rijksmuseum* de Amsterdam, que começou a digitalizar sua coleção em 2006, e que hoje disponibiliza em seu *site* mais de 140 mil imagens em alta-resolução. Os usuários são convidados a fazer *download* gratuito dessas imagens e a utilizá-las como quiserem, seja criando sua própria galeria de imagens, seja produzindo peças gráficas ou camisetas... Em cerca de sete meses, cerca de 100 mil contas foram criadas e 300 mil imagens baixadas. A meta é digitalizar toda a coleção, o que significa cerca de um milhão

de obras de arte abrangendo oito séculos de produção e dar acesso livre e gratuito a todas as imagens que não tiverem restrição de direitos autorais e aos metadados para que possam ser usados por programadores de websites ou de aplicativos. Finalmente as instituições de preservação começam a disponibilizar suas coleções em alta-resolução e gratuitamente e a estimular sua disseminação e fruição.

3.1.3 Criação de redes integradas e o caso *Europeana*

A partir dos anos 2000, foram iniciados os primeiros projetos voltados à construção de redes integradas de coleções digitais, reunindo material proveniente de repositórios institucionais os mais diversos, com especial relevância para bibliotecas, arquivos e museus.

Merece destaque aqui a *Europeana* – portal que disponibiliza coleções de galerias, bibliotecas, arquivos e museus europeus, que trabalham de forma cooperativa, dando acesso a suas coleções digitais.

Essas coleções incluem:

- Imagens – pintura, desenho, mapas, fotos, imagens de objetos museográficos;
- Textos – livros, jornais, cartas e documentos de arquivo;
- Som – música, depoimentos, gravações de todo o tipo;
- Vídeos - filmes, vídeos e gravações de notícias e programas televisivos.

Tudo está disponível em arquivo aberto, podendo ser reproduzido e reaproveitado:

Found something you like?

Download it, print it, use it, save it, share it, play with it, love it!

O trabalho foi iniciado em 2005, com financiamento da União Europeia, e tinha por objetivo reunir o patrimônio cultural europeu. Em 2009, tornou-se conhecido como *Europeana*.

A *Europeana* possibilita atualmente o acesso a mais de 27 milhões de livros, filmes, obras de arte, objetos museológicos e documentos de arquivo de mais de 200 instituições provedoras de conteúdo, localizadas em 31 países. O portal teve um milhão de páginas visitadas em 2010 e 5.3 milhões de páginas visitadas em 2012.

Como funciona a *Europeana*?

As instituições participantes entram com os metadados de suas coleções e dos objetos digitais e *links* dirigem as buscas aos repositórios das instituições onde os objetos podem ser acessados.

O formato de metadados inicialmente desenvolvido era baseado no *Dublin Core*² e complementado por 13 novos elementos especialmente criados para a Europeia. O novo formato – *Europeana Data Model* - EDM – é baseado em técnicas da *web* semântica³ com uma interface de busca para o conteúdo da Europeia denominada *Thought Lab*. O modelo adotado permite integrar as diferentes perspectivas e necessidades das comunidades participantes do portal, preservando a riqueza original dos padrões de cada comunidade, ou seja, da área de arquivos, museus ou bibliotecas. A modelagem estrutural da EDM é baseada na *Open Archive Initiative – Object Reuse and Exchange* - OAI-ORE, que desenvolve padrões de interoperabilidade que podem descrever e facilitar o intercâmbio de recursos na *web*. Ao adotar arquitetura aberta, a Europeia passou a fazer parte da *Linked Open Data Community*.

2

O padrão *Dublin Core* consiste num conjunto de elementos (metadados) utilizado para descrever objetos digitais, tais como, vídeos, sons, imagens, textos e sites na *web*. É desenvolvido pela *Dublin Core Metadata Initiative* (DCMI), organização dedicada a promover a adoção de padrões de interoperabilidade de metadados e desenvolver vocabulários especializados para descrever fontes que tornem mais inteligentes sistemas de busca de informações.

3

A *web* semântica foi criada por Tim Barnes-Lee em 2001 e se propõe a substituir a *web* atual por *web* significativa. Ao invés de *links* convencionais, usam-se *links* semânticos, interligam-se conteúdos. O conceito de dados interligados (*linked data*) foi também criado por Barnes-Lee (2006) e se traduz em um conjunto de regras ou um padrão para se disponibilizar dados na *web*. O uso de dados abertos interligados requer a adoção de padrão para descrever conteúdos (RDF - *Related Data Format* - modelo de dados para objetos e relacionamentos que trabalha com pressupostos semânticos e funções - sujeito, predicado e objeto) e de identificadores uniformes de recursos (URI - *Uniform Resource Identifier* - endereço permanente do recurso, que tem existência independente do gerenciador; diferente da URL - *Uniform Resource Link*, que carrega no seu formato o protocolo, o nome do domínio, o nome da pasta e o arquivo dentro da pasta).

A Europeia permite criar novos dados a partir de determinado objeto e permite acrescentar nova informação à descrição original do objeto, mantendo a distinção entre o que foi acrescentado e o que já estava disponível. Há duas fontes de informação: o detentor da coleção e a Europeia. O primeiro se preocupa com os metadados que se aplicam ao original e os que se aplicam à representação digital do objeto.

Os metadados no modelo da Europeia são um conjunto de propriedades descritivas e conceituais que traduz as características de determinado recurso e o relaciona a outras entidades no âmbito do portal. Esses metadados podem ser centrados em objetos ou em eventos em que os objetos estejam envolvidos. Isso enriquece as redes porque incluem a trajetória dos objetos.

A implantação da tecnologia de dados abertos interligados (*Linked Open Data*) possibilita trabalhar com um número maior de recursos e com outras fontes de informação disponíveis na *web*. Permite a interoperabilidade.

4 Em busca de soluções convergentes

O gestor de qualquer das instituições de preservação aqui estudadas sabe que terá

sempre uma dupla função: gerir a instituição real e seu ambiente digital. Será sempre uma gestão híbrida, que tem de se preocupar com os recursos físicos, os digitalizados (e a serem digitalizados...) e os “*digitais de nascença*”, bem como com as relações entre eles. Para as duas funções têm de ser previstas políticas (de formação de coleções, de acesso e atendimento a usuários, de uso da informação, de avaliação, de preservação), padrões e procedimentos, planos de ação, orçamentos, recursos humanos, infraestrutura tecnológica, comunicação, mediação e divulgação.

Nesse panorama, todo esforço cooperativo deve ser empreendido no sentido de reunir recursos e competências e maximizar resultados. A busca de pontos comuns e de soluções conjuntas no âmbito das instituições de preservação tem de ser estimulada.

Alguns pontos parecem ser fundamentais quando se pensa em estimular práticas convergentes nas instituições de preservação. Sem tentar hierarquizá-los, seguem-se requisitos indispensáveis a uma prática convergente e, naturalmente, mais eficaz e inteligente.

4.1 Consenso em relação a questões ligadas a direitos autorais

Uma preocupação comum de bibliotecas, museus e arquivos é a questão dos direitos autorais. A tendência mundial aponta para o acesso livre universal e muitas instituições culturais têm procurado atuar nessa linha, exceção feita a acervos que, por lei, ainda apresentam restrições de livre circulação e uso. Trata-se de assunto que deve estar sempre presente na agenda dessas instituições para a busca de soluções conjuntas. Uma gestão que valorize a convergência deve procurar, no caso de organizações governamentais ou não-governamentais sem fins lucrativos, adotar critérios e procedimentos semelhantes entre si. Não se pode desconsiderar que os recursos financeiros provenientes de licenças de uso de reproduções de obras ou documentos de acervos muitas vezes têm um peso significativo na manutenção da instituição e/ou que a oferta, sem custo, de reproduções de coleções digitalizadas concorre, muitas vezes, com as lojinhas mantidas por bibliotecas, arquivos e museus, o que poderia inviabilizar essas iniciativas.

4.2 Padronização

Os padrões de dados definem a estrutura e o conteúdo dos registros e são indispensáveis para garantir consistência e permitir a interoperabilidade no ambiente digital.

Além disso, são também indispensáveis os padrões para a criação e disseminação de arquivos digitais, de forma a garantir qualidade e assegurar a interrelação entre sistemas e o intercâmbio de dados.

Partindo do princípio de que as barreiras técnicas à interconectividade estão desaparecendo, o desafio está em resolver problemas de conteúdo, ou seja: como coletar enormes quantidades de informação, digitalizá-la, armazená-la, processá-la e disseminá-la globalmente? A preocupação é desenvolver e utilizar padrões e ferramentas (metadados, vocabulários controlados) que descrevam e representem adequadamente as coleções, sejam elas físicas ou digitais, respeitada sua diversidade, de forma a garantir o acesso à informação por diferentes tipos de usuários e possibilitar diferentes níveis de busca.

As tradições curatoriais de cada área apresentam modelos diversos para as práticas de tratamento da informação. As bibliotecas tendem a descrever itens individuais, mas não as coleções de que fazem parte. Os arquivos e museus desenvolveram vários níveis de descrição de coleções e de suas partes. As novas abordagens apontam a necessidade de um alto nível de descrição para que haja condições de atender demandas que venham de domínios transversais, ou seja, de coleções de diferentes proveniências.

É indispensável que se busquem os denominadores comuns nas atividades de tratamento da informação, mas devem ser tomados os cuidados necessários para que isso não signifique uma redução de conteúdo. No caso de arquivos públicos, por exemplo, as plataformas de difusão não podem valorizar apenas sua dimensão patrimonial, mas devem levar em conta também sua dimensão administrativa e as possibilidades que ele oferece ao cidadão de justificar seus direitos e ter acesso aos fundamentos da decisão política.

4.3 Gestão integrada e cooperação

A colaboração biblioteca-arquivo-museu pode-se manifestar em várias esferas e em diferentes níveis de profundidade. Pode acontecer dentro de uma mesma instituição (ex. um museu que tenha arquivo e biblioteca), entre instituições que tenham uma estrutura administrativa comum (ex. museus subordinados a determinada esfera de governo), ou além de fronteiras institucionais (museus, bibliotecas, arquivos ou outras instituições que apresentem interesses e valores comuns). A gestão integrada é uma estratégia de colaboração que traz benefícios aos usuários, aos profissionais e enriquece a instituição.

4.3.1 Integração intrainstitucional

Em algumas instituições de preservação, a informação não raro se apresenta fragmentada, confinada a nichos dentro da estrutura organizacional. Isso ainda ocorre porque, tradicionalmente, a informação existente nos museus, por exemplo, era distribuída entre os especialistas das várias áreas (onde era, de certa forma, de propriedade destes), ou seja, a informação relativa às obras era mantida pelo documentalista; a informação para pesquisa, pelos curadores; a informação para o público em geral, pela área educativa do museu; a informação documental, pelo arquivista; e a informação publicada, pelo bibliotecário.

Aos poucos, com o aumento da demanda de informação por parte dos profissionais e do público, com a criação de sistemas informatizados integrados e com a gradual disponibilização de coleções digitalizadas, as fronteiras entre os diversos serviços começaram a desaparecer. Todas as áreas produzem e usam informação; portanto, todas são responsáveis por torná-la acessível.

Por essa razão, as atividades de informação das instituições de preservação têm de ser tratadas de forma integrada e não como um conjunto de atividades isoladas. Além disso, a informação tem de ser vista como parte integrante do gerenciamento e desenvolvimento institucional. Isso requer a formulação de uma política institucional de informação que privilegie a integração de sistemas, competências, conhecimentos, coleções e documentação dessas coleções e que favoreça a ampla circulação de informações para a plena realização da missão e dos objetivos da instituição.

Verifica-se que ainda há uma postura corporativa, dentro das três instituições, que sempre privilegia a função da profissão ligada à natureza da instituição (no museu, o museólogo; na biblioteca, o bibliotecário; no arquivo, seu profissional) em detrimento das demais, o que dificulta projetos cooperativos. É possível que os diferentes profissionais até desconheçam a natureza do trabalho uns dos outros e, por essa razão, não consigam vislumbrar pontos em comum que justifiquem um trabalho conjunto.

De outra parte, em pesquisas realizadas em museus na cidade de São Paulo, tivemos oportunidade de observar que, na maioria dos casos, o público do museu não é o público da biblioteca. Isto, em primeiro lugar, reflete a própria postura interna da instituição, em que as diversas áreas, e, em alguns casos, os diversos profissionais, desenvolvem trabalho isolado, mas também decorre da imagem que esse público faz de museu e de biblioteca. Há pessoas que usam o museu (biblio-

teca, atividades, restaurante, etc.), mas não visitam o acervo e as exposições; o contrário também acontece.

Isso também ocorre em grandes bibliotecas, como a Biblioteca Mário de Andrade, também localizada na cidade de São Paulo, em que identificamos que a maioria dos usuários da coleção circulante não frequentava (e, por vezes, não conhecia) as salas de consulta das coleções fixas e que apenas uma certa parcela do público das atividades culturais, como de palestras, cursos, concertos e oficinas era constituída por usuários do acervo da Biblioteca.

Romper com essa situação exige ações planejadas e harmônicas.

4.3.2 Integração interinstitucional

A informação nas relações externas de qualquer dessas instituições requer a construção de estratégias para desenvolver projetos conjuntos – seja com instituições da mesma natureza, seja com instituições culturais diversas – e para promover o uso integrado dos recursos informacionais. Ganha aqui importância o desenvolvimento e uso de padrões de registro entre instituições semelhantes a fim de facilitar o intercâmbio.

As instituições de memória devem atuar de forma integrada e acompanhar a permanente evolução de outros contextos institucionais, como as instituições de ensino e pesquisa, os serviços comerciais e mesmo os governamentais.

4.3.3 Integração no ambiente digital

As coleções digitais são objetos de informação que resultam e geram práticas convergentes.

Essas práticas precisam dar apoio a modelos emergentes de criação e uso de informação em rede que sejam centrados mais nas necessidades e interesses dos usuários do que em histórias de custódia e que reforcem o papel de museus, bibliotecas e arquivos como fontes confiáveis.

A interconectividade aqui deve estar aberta não apenas a objetos digitais que sejam representações de coleções físicas de imagens ou documentos, mas também a objetos que sejam digitais em sua origem (digitais de nascença).

4.4 Formação profissional e composição das equipes

O currículo acadêmico tradicional fundamenta-se nas diferenças. Os profissionais são razoavelmente preparados para atuar em seus nichos e sequer aproveitam ex-

periências bem sucedidas de instituições afins. Se alguns aspectos da área de tratamento da informação estão mais avançados na literatura e nas práticas da área de Biblioteconomia, as questões relacionadas à gestão de coleções e preservação, por exemplo, foram mais desenvolvidas pela Museologia.

A formação acadêmica deve valorizar a interdisciplinaridade e enfatizar os pontos que a Museologia, a Arquivologia e a Biblioteconomia têm em comum. Além de preparar para a gestão interinstitucional integrada de recursos em forma física e digital, a formação deve possibilitar aos profissionais um aprofundamento nos estudos relacionados a padrões e modelagem de dados e plataformas digitais. É importante que bibliotecários, arquivistas e museólogos tenham uma formação básica que permita a troca de conhecimentos e o desenvolvimento de projetos conjuntos com profissionais de tecnologia da informação. As instituições devem procurar acolher esses profissionais integrando-os nos projetos de sistemas de informação e de digitalização. Sem o trabalho interdisciplinar não se conseguem criar e desenvolver projetos de informação consistentes e iniciativas de digitalização eficazes.

A multidisciplinaridade das equipes é um fator altamente relevante para por fim no corporativismo dentro da biblioteca, do arquivo e do museu. É indispensável à integração dentro da instituição e em âmbito interinstitucional e, sem dúvida, contribui também para a superação de barreiras pessoais que dificultam a comunicação e inviabilizam o trabalho com a informação.

Falar em profissional da informação nesse campo das instituições patrimoniais não significa a falsa criação de um profissional que reúna a somatória das diferentes formações dos três profissionais de hoje. Mais importante que isso: trata-se de buscar troncos comuns na formação e de reconhecer as diferenças, sem enxergá-las, entretanto, como fatores que impossibilitem a cooperação e o desenvolvimento de projetos integrados.

A implantação dessas soluções para uma prática convergente exige vontade, esforço e compromisso. Seus benefícios não são imediatos e nem fáceis de se alcançar, mas, uma vez alcançados, representarão o uso integral e produtivo da informação e das competências do pessoal envolvido.

A convergência tem sido entendida como uma forma de colaboração mais profunda, à medida que implica a mudança de comportamentos, processos e estruturas e, naturalmente, a construção de novas relações, fundadas sobre princípios não corporativos. A convergência é compromisso e, por essa razão, constitui um grande desafio aos gestores e aos profissionais.

É preciso que os profissionais das três áreas reconheçam que os fatores que as unem são mais importantes do que os que as separam e que vejam na atuação convergente um enriquecimento pessoal, profissional e institucional.

É fundamental, ainda, que se dê visibilidade a esse novo valor, a essa identidade comum, para que o público em geral e, sobretudo, os gestores dessas instituições (que nem sempre são profissionais dessas áreas) possam assimilar essa nova tendência e implantar políticas e ações eficazes, com ambientes organizacionais favoráveis a práticas convergentes.

Considerando a crônica falta de recursos na maioria de nossas instituições de preservação, bem como o custo de manutenção e preservação dos acervos físicos e, doravante, também dos digitais, a integração e os projetos cooperativos se impõem também para potencializar recursos, viabilizar projetos e ampliar resultados e benefícios ao público, mas tudo isso tem de ser feito com o devido respeito à diversidade, preservando-se a singularidade essencial de cada uma das três áreas.

Referências:

ALMEIDA, Maria Christina Barbosa de. **Por uma rearquitetura de serviços de informação em arte na cidade de São Paulo**. Tese (Doutorado em Ciência da Informação). Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, 1998.

FAHY, Anne, ed. **Collections management**. London: Routledge, 1995 (Leicester Readers in Museum Studies)

FAVRIER, Jean. **Pratique archivistique française**. Paris: Direction des Archives de France, 2008, p.12.

HOMULUS, Peter. Museums to libraries: a family of collecting institutions. **Art Libraries Journal**, v.15, n.1, p.11-13, 1990.

Documentos eletrônicos online:

Archives, libraries and museums convergence = Archives, bibliothèques et musées. **Bulletin des Bibliothèques de France**, n.6, p.126-127, 2002. Disponível em: <<http://bbf.enssib.fr/>>. Acesso em: 8 out. 2013.

CONTENOT, Félicie. La médiation au service de la confluence du musée et de la bibliothèque. **Bulletin des Bibliothèques de France**, v. 56, n. 4, p.11-15, 2011. Disponível em: <<http://bbf.enssib.fr/>>. Acesso em: 8 out. 2013.

DAKIĆ, Natasa; ANDONOVSKI, Jelena. **Development of a new format EDM for metadata ingestion in Europeana**. 2013. Disponível em: <elib.mi.sanu.ac.rs/files/journals/ncd/23/ncd23011.pdf>. Acesso em: 18 set. 2013.

DEMPSEY, Lorcan. Scientific, industrial, and cultural heritage, a shared approach: a research framework for digital libraries, museums and archives. **Ariadne**, n.22, Jan.2000. Disponível em: <<http://www.ariadne.ac.uk/issue22/dempsey>>. Acesso em: 18 set. 2013

GUERRINI, Mauro; POSSEMATO, Tiziana. Linked data: a new alphabet for the semantic web. **Italian Journal of Library and Information Science**, v.4, n.1, Gen.2013. Disponível em: <leo.cilea.it/index.php/jlis/article/download/6305/7891>. Acesso em: 20 set. 2013.

MELOT, Michel. Archivistes, documentalistes, bibliothécaires. **Bulletin des Bibliothèques de France**, n.5,

p.9-12, 2005. Disponível em:<<http://bbf.enssib.fr/>>. Acesso em: 4 out. 2013.

SUMMERS, Ed; SALO, Dorothea. **Linking things on the web: a pragmatic examination of linked data for libraries, museums and archives**. 2013. Disponível em: <<http://arxiv.org/abs/1302.4591>>. Acesso em: 18 set. 2013

TRANT, Jennifer. **Emerging convergence?** Thoughts on museums, archives, libraries and professional training. [author's pre-print of article to appear in **Museum Management and Curatorship**, v. 24, n. 4, p.369-386, Dec. 2009] Disponível em: <<http://www.archimuse.com/papers/trantConvergence0908-final.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2013

VAN OUDENAREN, John. The World Digital Library. Collections Development, v. 3, n. 5/6, 2012. Disponível em: <<http://journals.uic.edu/ojs/index.php/UC/article/view/4720>> Acesso em: 20 set. 2013.

VATICAN, Agnès. Convergences et divergences entre archives et bibliothèques: quelques réflexions d'une archiviste. Bulletin des Bibliothèques de France, v.56, n.4, p.16-20, 2011. Disponível em:<<http://bbf.enssib.fr/consulter/bbf-2011-04-0016-003.pdf>>. Acesso em: 7 out. 2013

WAIBEL, Günter. **Collaboration contexts**: framing local, group and global solutions. Dublin, Ohio: OCLC, 2010. Disponível em: <<http://www.oclc.org/research/publications/library/2010/2010-09.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2013.

ZEINSTRA, Maarten; KELLER, Paul. **Open Linked Data and Europeana**. Europeana Foundation. Disponível em: <pro.europeana.eu/linked-open-data>. Acesso em: 20 set. 2013.

Sites:

Biblioteca Alexandrina – <http://www.bibalex.org>

British Library - <http://www.bl.uk/>

British Museum – <http://www.britishmuseum.org/>

Dublin Core Metadata Initiative – <http://dublincore.org>

Europeana – <http://www.europeana.eu>

International Council on Archives / Committee on Descriptive Standards – [www.http://www.icacds.org.uk](http://www.icacds.org.uk)

World Digital Library – <http://www.wdl.org>